



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

As concessionárias do jogo devem manter o equilíbrio entre os interesses comerciais e os benefícios da população quando organizam actividades não jogo

Para incentivar as concessionárias do jogo a investirem mais em actividades de interesse público e a promoverem o respectivo desenvolvimento, o Governo procedeu à revisão da nova Lei do jogo, definindo claramente que as concessionárias devem assumir as suas responsabilidades e deveres sociais. As seis concessionárias promovem vários projectos não jogo, apoiando actividades de interesse público e organizando espectáculos culturais e recreativos e eventos desportivos, contribuindo para aumentar a competitividade de Macau e das regiões vizinhas, e promovendo o desenvolvimento dos elementos turísticos não jogo.

As concessionárias, quando organizam grandes eventos não jogo, devem promover também actividades de interesse público, seguindo o princípio “da sociedade e para a sociedade”. Porém, algumas delas não conseguem concretizar isto nem equilibrar os benefícios da população e os interesses comerciais nos seus projectos de interesse público. Em princípio, quando organizam eventos não jogo, devem dar aos residentes de Macau mais oportunidades de participação, por exemplo, bilhetes a preço mais baixo ou a reserva duma percentagem de bilhetes, em prol do aumento dos índices de felicidade dos residentes.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

O nosso Gabinete recebeu muitas opiniões de residentes sobre os bilhetes para o torneio internacional de ténis de mesa organizado por uma concessionária, que esgotaram à velocidade da luz, em apenas 2,24 segundos, deixando muitos residentes desiludidos. Os especuladores aproveitaram-se da situação para aumentar o preço, e até foram vendidos bilhetes falsos, actos ilegais que afectam gravemente a ordem social. Mais, o endereço IP dificultou a aquisição dos bilhetes da Liga das Nações de Voleibol Feminino, e mesmo com uma luta tão renhida por bilhetes, 30 por cento dos lugares estavam vazios devido à especulação. Estes actos contrariam a intenção original da organização de actividades não jogo e prejudicam os direitos e interesses de participação do público e a imagem de Macau.

Os elementos não jogo fazem parte das actividades de interesse público, por isso, quando as concessionárias promovem estas actividades não devem procurar apenas a rentabilidade comercial, devem maximizar os efeitos dessas actividades e reforçar a coesão social. Só com o equilíbrio entre os interesses comerciais e os benefícios é que se permite o desenvolvimento conjunto da economia e das actividades de interesse público, beneficiando a sociedade.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. Perante a dificuldade dos residentes em adquirir bilhetes para os referidos eventos, o Governo vai passar a reservar uma determinada percentagem dos bilhetes para residentes? Vai, por exemplo, definir um período exclusivo para os residentes adquirirem prioritariamente os bilhetes ou vai sorteá-los na “Conta Única”, para assegurar as oportunidades de participação dos residentes?
2. Em Dezembro de 2023, as autoridades afirmaram publicamente que iam recolher informações através de meios *online* e *offline*, e que eventuais situações de interferência no sistema informático, tais como lutas por bilhetes através de *plugin*, seriam combatidas nos termos da lei. Quanto à especulação de bilhetes, para além da recolha de informações, o Governo vai criar mecanismos rigorosos de controlo da bilheteira e introduzir técnicas sofisticadas para evitar a compra de bilhetes através de programas *robot*, para assegurar a transparência e a justiça na venda de bilhetes? Vai ainda criar uma rede de combate, em conjunto com as empresas, e reforçar a fiscalização e as acções de combate?

8 de Julho de 2024

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Che Sai Wang